



1 Às nove horas do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ANTÔNIO**
4 **JOSÉ GUIMARÃES**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução
5 Administrativa nº 007/2017. Ausências justificadas dos Conselheiros, **ALOSIO CHAVES, JOSÉ**
6 **CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES E SÉRGIO LEÃO**; presença da
7 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA**
11 **e ADRIANA OLIVEIRA**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do
12 Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão,
13 momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai,*
14 *Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*".
15 Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 35/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA**
16 **DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**
17 **201704711-00 (572172010-00); Fundo Municipal de Educação de Ponta de Pedras;**
18 **Juízo de Admissibilidade – 2010; Despacho De Inadmissibilidade De Pedido De Revisão**
19 **(201704711-00) Ac 28.647,De 01/03/16; Responsável: Lindóia Castro Moreira; Instrução: 3ª**
20 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira**
21 **Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo
22 regimental, a Conselheira Relatora deu conhecimento ao Plenário o seu despacho de
23 inadmissibilidade do Pedido de revisão: "*Assim, nos termos do previsto no Art. 271, Parágrafo*
24 *Único, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), tomando por base os fatos, documentos e requerimento*
25 *apresentados, os quais não possuem fundamentação que motive seu recebimento, nos termos*
26 *dos requisitos do Art. 269, incisos I, II e II, bem como, do Parágrafo Único, do RITCM-PA (Ato*
27 *n.º 19/2017), desta forma, concluo pela INADMISSIBILIDADE, do presente Pedido de Revisão,*
28 *devendo ser feita comunicação à interessada e providenciada a publicação da presente decisão,*
29 *sob a responsabilidade da Secretaria Geral*". A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
30 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela inadmissibilidade do Pedido de
31 Revisão, nos termos do Voto da Conselheira Relatora (Acórdão nº 30.768). Presidência do
32 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201706417-00; Câmara Municipal de**
33 **Barcarena; Medida Cautelar – 2017; Licitação Nº 004/2017, Que Deu Origem Ao Contrato Nº**
34 **20170005.; Responsável: Thiago Lima Rodrigues; Instrução: 5ª Controladoria; Relator:**
35 **Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel**
36 **Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Publicado no DOE nº 127, de**
37 **30.06.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 610022008-00; Câmara Municipal de**
38 **Primavera; Prestação de Contas – 2008; Contas Anuais de Gestão; Responsável: João**
39 **Lindomar Gomes Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria**
40 **Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.**



40 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
41 manifestou-se irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
42 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
43 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº
44 30.769). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 130022013-00; Câmara**
45 **Municipal de Barcarena; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais de Gestão;
46 Responsável: Ary Sérgio de Almeida Santos (01/01 a 31/07) e Paulo Sérgio Matos de Alcântara
47 (01/08 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
48 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017**. Cumprindo
49 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
50 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
51 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
52 pela irregularidade das contas, com recolhimento, e aplicação de multas de responsabilidade do
53 Sr. Ary Sérgio de Almeida Santos, e pela irregularidade das contas, com aplicação de multas de
54 responsabilidade do Sr. Paulo Sérgio Matos de Alcântara, cópia dos autos ao Ministério Público
55 Estadual (Acórdão nº 30.770). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
56 **113172013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bagre; Prestação de Contas**
57 **– 2013**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Cledson Farias Lobato Rodrigues; Instrução: 1ª
58 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
59 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o
60 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se irregularidade das
61 contas, e encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
62 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
63 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de
64 multas, e encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
65 30.771). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 222342009-00; IPAM de**
66 **Capanema; Prestação de Contas – 2009**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Djalma
67 Durval de Mello (Falecido); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
68 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 127, de**
69 **30.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
70 dos autos e manifestou-se regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**
71 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
72 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, e emissão do competente Alvará
73 de Quitação (Acórdão nº 30.772). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
74 **1330042011-00; IPASECAP de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2011**; Contas
75 Anuais de Gestão; Responsável: Klacirleide Vale de Araújo; Instrução: 1ª Controladoria;
76 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
77 **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
78 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se irregularidade das contas, com
79 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**



79 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
80 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e
81 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
82 30.773). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201415386-00; Fundo**
83 **Municipal de Saúde de Marapanim; Denúncia Externa – 2014;** Supostas Irregularidades
84 Na Aplicação Dos Recursos Do Fundo Municipal De Saúde Denunciante: Ricardo Roberto
85 Cerqueira - Conselheiro De Saúde Do Município; Denunciado: Elza Edilene Rebelo Moraes - Ex-
86 Prefeita No Período De 17.09 A 31.12.2013; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
87 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas -
88 Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº
89 07/2017; **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
90 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da
91 denúncia. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua
92 proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a
93 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da denúncia, bem como anexar
94 os autos à prestação de contas do Município (Acórdão nº 30.774). Presidência do Conselheiro
95 Aloísio Chaves. **Processo nº 201415387-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim;**
96 **Denúncia Externa – 2014;** Supostas Irregularidades Na Aplicação Dos Recursos Do Fundo
97 Municipal De Saúde; Denunciante: Ricardo Roberto Cerqueira - Conselheiro De Saúde Do
98 Município; Denunciado: Elza Edilene Rebelo Moraes - Ex-Prefeita No Período De 17.09 A
99 31.12.2013; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina
100 Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do
101 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº**
102 **127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
103 posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da denúncia, anexar os autos à
104 prestação de contas do Município, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
105 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua
106 proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a
107 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da denúncia, bem como anexar
108 os autos à prestação de contas do Município, e o encaminhamento de cópia dos autos ao
109 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.775). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves.
110 **Processo nº 201417178-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim; Denúncia**
111 **Externa – 2014;** Supostas Irregularidades Na Folha De Pagamento Do Fundo Municipal De
112 Saúde; Denunciante: Ricardo Roberto Cerqueira Rodrigues - Conselheiro De Saúde Do Município;
113 Denunciado: Elza Edilene Rebelo Moraes - Ex-Prefeita No Período De 17.09 A 31.12.2013;
114 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:
115 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel
116 Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 127, de**
117 **30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
118 dos autos e manifestou-se pela procedência da denúncia, anexar os autos à prestação de contas



do Município, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da denúncia, bem como anexar os autos à prestação de contas do Município, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.776). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201417179-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim; Denúncia Externa – 2014; Supostas Irregularidades Na Folha De Pagamento Do Fundo Municipal De Saúde; Denunciante: Ricardo Roberto Cerqueira Rodrigues - Conselheiro De Saúde Do Município; Denunciado: Elza Edilene Rebelo Moraes - Ex-Prefeita No Período De 17.09 A 31.12.2013; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da denúncia, anexar os autos à prestação de contas do Município, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da denúncia, bem como anexar os autos à prestação de contas do Município, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.777). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201604243-00 (330012005-00); Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri; Recurso – 2005; Ordinário Contra A Decisão Objeto Da Resolução Nº 12.140; Recorrente: Dilza Maria Pantoja Correa; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão pretérita. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento, e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão pretérita (Resolução nº 13.321). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201608973-00 (572012011-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Ponta de Pedras; Recurso – 2011; Ordinário Contra A Decisão Objeto Do Acórdão 28.648; Recorrente: Maria Alice Martins Tavares; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e provimento parcial do Recurso, reformando a decisão pretérita. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento, e provimento parcial do Recurso, reformando a decisão, remessa de cópia dos autos para os Gabinetes dos Conselheiros Aloísio Chaves e Cezar



Colares, para análise e verificação de possível Reabertura da Instrução, face a alegação da recorrente de que não possui responsabilidade sobre o Processo Licitatório apresentado nos autos. (Acórdão nº 30.778). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201514084-00 (300052013-00); Fundo Municipal de Saúde de Faro; Recurso – 2013; Ordinário** Contra A Decisão Objeto Do Acórdão Nº 27.125; Recorrente: Josenilda da Silva Machado (01/01 a 10/09) e Walderly Leal Carvalho (11/09 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu conhecimento, e negativa de provimento do Recurso (Acórdão nº 30.779). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200900009-00 (214182004-00); Fundo Municipal de Saúde de Cametá; Recurso – 2004; De Reconsideração - Contra Decisão** Proferida No Acórdão Nº 17.542 De 02/09/2008; Recorrente: Paulo Gonçalves Damasceno; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Relator Originário Aloisio Chaves; Advogado/Contador: Sem advogado habilitado nos autos; **Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu conhecimento, e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão recorrida (Acórdão nº 30.780). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201602463-00 (1024092007-00); Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de São Geraldo do Araguaia; Recurso – 2007; Ordinário, Decisão Contida No Acórdão Nº 28.119 De 19/11/2015; Recorrente: Manoel Soares da Costa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Relator Originário Aloisio Chaves; Advogado/Contador: João Batista Cabral Coelho OAB-19.846; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão pretérita. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu conhecimento, e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão pretérita (Acórdão nº 30.781). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201701936-00; Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia; Consulta – 2017; Aplicar Complementação De Recursos Do Fundeb Em Exercício Financeiro Diverso Ao Qual Foi Creditado; Interessado: Edilson Pereira Carvalho; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi



colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua resposta à Consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a resposta à Consulta apresentada (Resolução nº 13.322). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201704015-00; Câmara Municipal de Redenção do Pará; Consulta – 2017; Da Possibilidade De Criação Da Escola Do Legislativo Por Meio De Resolução; Interessado: Leonardo Pereira Da Costa; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201700498-00; Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá; Subsídio – 2017; Resolução Nº 002/02016, 01 De Setembro De 2016; Interessado: Anatan Barata de Carvalho ; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha ; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.323). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201700709-00; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará; Subsídio – 2017; Lei Municipal Nº 195/2016, De 19 De Dezembro De 2016; Interessado: Nilson Ferreira dos Santos; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.324). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201703385-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte; Subsídio – 2017; Lei Municipal Nº 453/2016, 06 De Setembro De 2016; Interessado: Cátia Patrícia Ferreira; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.325). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201704884-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Subsídio – 2017; Lei Municipal Nº 1255, De 19/04/2017; Interessado: Jair Lopes Martins; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 127, de 30.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato



235 (Resolução nº 13.325). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência
236 do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.1.** O Conselheiro Daniel Lavareda
237 trouxe para a apreciação do Pleno o projeto de cinco resoluções, que fazem referência às sugestões
238 proferidas pelo Conselheiro Aloísio Chaves, no que diz respeito a ATI ser dirigida pelo Presidente da
239 Casa, ou por quem este indicar. E no caso da tomada de contas, excluir o parágrafo em que diz o
240 Conselheiro não teria faculdade de prorrogar o prazo de apresentação de defesa. A matéria foi
241 colocada em **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
242 pela aprovação das modificações apresentadas. **2.** Votos de pesar à família da servidora Delma
243 Rosana, e ao Presidente da ATRICOM, Valdeci Pascoal, sobre o falecimento de sua genitora, a
244 Presidência solicitou à Secretaria Geral que providenciasse o encaminhamento das condolências aos
245 respectivos familiares. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
246 **PÚBLICO:** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para registrar condolências ao servidor Everaldo
247 e à sua família em razão do falecimento de seu pai. E em sequência, fez um breve relatório sobre o
248 evento ocorrido em Conceição do Araguaia, que abrangeu os demais municípios vizinhos. Evento este,
249 que na sua oportunidade foi muito proveitoso, e que contou com a presença de 259 jurisdicionados.
250 Muitos jurisdicionados se expressaram sobre a necessidade de que seja sempre realizado esses tipos
251 de evento abrangendo as regiões mais longínquas. A Conselheira Mara considerou que a missão foi
252 cumprida neste semestre, e acrescentou que a partir de agosto estará em Marabá. Em seguida, o
253 Conselheiro Daniel pediu a palavra para agradecer em nome da Presidência a Conselheira Mara Lúcia
254 e aos demais Conselheiros que permitiram que o projeto seguisse adiante: *"Tínhamos um projeto de*
255 *treinar mil jurisdicionados, e com cinco projetos de capacitação já batemos essa meta, e o sucesso*
256 *disso deve não só a ideia ousada da Presidência e da Escola de Contas, mas também aos Conselheiros*
257 *pelo seu desempenho, junto as Controladorias, quando se referem aos seus municípios circunscritos à*
258 *sua jurisdição. Então todo o Tribunal, junto aos seus servidores, Escola de Contas, Conselheira Mara*
259 *Lúcia, estão de parabéns pelo trabalho realizado, e vamos continuar levando o lema "Educar para não*
260 *punir" para as regiões, e talvez se reflitam nos julgamentos dessa casa".* **ENCERRADA** a presente
261 Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
262 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatro de julho de de
263 dois mil e dezessete.
264 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 051/2017, em vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete.
265 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

Aloísio Augusto Lopes Chaves
Conselheiro / Ouvidor / PRESIDENTE DA SESSÃO

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral